

trabalho de Sérgio Silva se agiganta. Afirmado, no início, que o estudo sobre as origens da indústria no Brasil é "... o estudo da gestão de novas formas de acumulação baseadas no trabalho assalariado e no capital, das condições que determinam historicamente essas novas formas: a economia cafeeira e, através da economia cafeeira, o modo de inserção do Brasil na economia mundial capitalista" (p. 81; grifado no original), o autor delinea alguns pressupostos básicos que norteiam o esquema explicativo deste último capítulo.

Utilizando-se de informações contidas nas estatísticas industriais de 1907 e 1920, evidencia que as chamadas "grandes empresas" — "com 100 ou mais operários ou capital igual ou superior a 1.000 contos" (que, de acordo com a taxa média de câmbio de 1907 correspondia a cerca de 64 mil libras) — constituíram a base da nascente indústria nacional. E acrescenta que "o conjunto das empresas com 100 ou mais operários reagrupa, de acordo com os dados do Centro Industrial do Brasil, mais de 85% do capital, em São Paulo; e cerca de 70%, no antigo Distrito Federal" (p. 83). Assim, essas evidências jogam por terra a tese segundo a qual, durante o período da hegemonia cafeeira, a indústria caracteriza-se por pequenas empresas de tipo artesanal ou pequenas manufaturas voltadas para reduzidos mercados locais.

O ponto basilar da obra é o exame, realizado no tópico "Origens da burguesia industrial", das concepções de vários estudiosos da questão, entre os quais se destacam Santiago Dantas, Rui Mauro Marini, Caio Prado Júnior e Warren Dean. Após resenhar criticamente o pensamento dos autores citados, Sérgio Silva conclui que "para a burguesia industrial nascente, a base de apoio para o início da acumulação não é a pequena empresa industrial, mas o comércio, em particular o grande comércio cujo centro está na atividade de exportação e importação. Do mesmo modo que na

exportação, a importação é controlada em parte por empresas estrangeiras. Graças às suas origens sociais, o burguês imigrante encontra facilmente um lugar no grande comércio. Ele torna-se representante de firmas e marcas estrangeiras e se encarrega da distribuição de produtos importados pelo interior do país" (p. 95).

E, considerando também os chamados aspectos contraditórios das relações café-indústria, o autor conclui, de modo a discordar de várias teses até agora aceitas, que "... as relações entre o comércio exterior e a economia cafeeira, de um lado, e a indústria nascente, de outro, implicam, ao mesmo tempo, a unidade e a contradição. A unidade está no fato de que o desenvolvimento capitalista baseado na expansão cafeeira provoca o nascimento e um certo desenvolvimento da indústria; a contradição, nos limites impostos ao desenvolvimento da indústria pela própria posição dominante da economia cafeeira na acumulação de capital" (p. 103).

Haveria ainda outros aspectos a serem explorados neste breve comentário, como por exemplo o tratamento dado às estatísticas de 1920, demonstrando que o capital industrial brasileiro era quase todo concentrado nos setores de bens de consumo — cerca de 85,4% do valor da produção industrial (p. 113) — ou que, graças à importação de equipamentos modernos, o capital industrial brasileiro saltou etapas e adotou, desde o início, técnicas avançadas que possibilitaram uma rentabilidade elevada (p. 114-5).

Concluindo, acredito que o trabalho de Sérgio Silva deve merecer atenção especial por se constituir em sopro inovador às interpretações da história econômica brasileira da República Velha, sendo que sua leitura é enriquecida ainda mais quando se conhece também a tese de doutoramento de João Cardoso de Melo, *O capitalismo tardio*, em especial o tópico "A industrialização restringida".

Afrânio Mendes Catani

La société contre l'Etat

Por Pierre Clastres. Paris, Editions de Minuit, 1974.

"Pendant que les espagnols envoyaient des commissions d'enquête pour rechercher si les indigènes avaient ou non une âme, ces derniers s'employaient à immerger des blancs prisonniers, afin de vérifier, par une surveillance prolongée, si leur cadavre était ou non sujet à la putréfaction."¹

Que interesse pode ter o estudo das organizações indígenas para a análise das organizações contemporâneas? Por que dar atenção a uma obra que, surgida nas franjas da antropologia e, como que possuída de um *désir* justiceiro, investe contra o estamento e a tradição antropológica?

A obra de Clastres por si própria responde a estas questões. O que faremos aqui será delinear, na medida do possível, as partes da obra que julgamos apresentar um impacto decisivo no que se pretende entender como formações e processos organizacionais, em particular os que vivemos.

Logo de início, é preciso ressaltar o caráter pluridimensional da "agressão" de Clastres, o que quer dizer que, mesmo tendo como fio condutor o pressuposto de que para o estudo de "*ce gens là sans foi, sans loi, sans roi...*" é neces-

sário abandonar o etnocentrismo ocidental dos estudos até hoje elaborados sobre a cultura e economia indígenas (evidentemente a generalização não é absoluta, o próprio autor salva, entre outros, Lévi-Strauss, Augé, Lawrence), em seu estudo, ele apresenta e explora diferentes elementos, procurando elaborá-los separadamente e de uma maneira pelo menos criativa.

Até que ponto e em que medida pode-se considerar os "não-civilizados" como constituintes de uma sociedade onde o poder não se encontra articulado? Pode-se entender o chefe-cacique — como embrião do Estado moderno? Por que razão consideramos avançadas as "civilizações" asteca, inca e maia?

A todas estas questões P.C. responde com sua proposta de uma revolução copérnica, o que, em última análise, significa um descentramento, uma virada, uma mudança de paradigma. Assim, nos diz Clastres, as sociedades asteca, inca e maia não podem ser consideradas como mais avançadas que as outras sociedades indígenas. Se até um determinado momento elas foram vistas desta forma, isto se deve ao fato de se aproximarem mais das ditas sociedades "históricas", ou seja, da tipologia de civilização elaborada no "Ocidente maravilha".

O autor afirma, ainda, que o chefe — cacique — não pode ser considerado embrião do Estado moderno porque, se comparadas, as bases do poder nestas sociedades diferem daquelas que caracterizam o poder nas sociedades que experimentamos.

Nas palavras do autor: "(une) caractéristique décisive digne de retenir attention, (c'est que) aucun de ces caciques ne possède de pouvoir. On se trouve donc confronté à un énorme ensemble où les détenteurs de ce qu'ailleurs on nommerait pouvoir sont en fait sans pouvoir, où le politique se détermine comme champ hors de toute coercion et de toute violence, hors de toute subordination hiérar-

chique, où en un mot, ne se donne aucune relation de commandement-obéissance" (p. 11).

Revedo e refutando a classificação que, fundada na ausência de uma simbologia escrita dos bugres e numa economia pretensamente de subsistência, considera as sociedades indígenas como sociedades pouco elaboradas — pressuposto intrínseco ao evolucionismo — Clastres argumenta que a escrita está intimamente ligada ao poder na sua expressão contemporânea e que muitas sociedades indígenas produziram um excedente superior ao equivalente necessário para o consumo ordinário e finalmente propõe:

1. Não se pode dividir as sociedades em dois grupos, a saber, sociedades com poder e sociedades sem poder, uma vez que as bases do poder em cada uma destas sociedades são diversas.
2. O poder, na sua forma coercitiva, típico das sociedades "históricas", nada mais é que uma das múltiplas manifestações do poder.
3. Mesmo nas sociedades sem as instituições políticas hoje em dia vigentes, existe a ação política formulada em bases diferentes.

Quais são, então, as bases do poder nas chamadas sociedades sem história? Para P.C., as condições de exercício do poder nestas sociedades são as seguintes:

- o chefe é um pacificador;
- o chefe deve ser generoso;
- o chefe deve ser um bom orador;
- a poligamia é privilégio do chefe.

Por que pacificador? Segundo P.C., porque a irrupção de conflito desperta a concorrência para o posto. Daí a insistência do cacique numa vida de conflito regulado e segundo as tradições.

Por que generoso? Porque o chefe existe para servir à tribo e não para dela se servir. Assim, distribuir benesses é uma obrigação constante do chefe.

Por que bom orador? É obrigação do chefe, e não um direito, regalar a tribo com presentes e palavras. Segundo P.C., não é um direito simplesmente porque ninguém presta atenção ao que o chefe diz.

Assim, recusando o exercício do poder na sua expressão coercitiva, as sociedades "sem história" fundamentam o poder numa relação de troca: a tribo recebe presentes e palavras e fornece mulheres (!).

Ao final do segundo capítulo, fica a impressão de que o autor deu uma cambalhota — mocinho vira bandido, bandido vira mocinho — ou, se quiserem, sua exposição é coberta por certo maniqueísmo; mas uma vez que estas reviravoltas têm-se tornado constantes neste campo de produção, é bem possível que o maniqueísmo esteja bem mais na ótica de quem lê, que na lapiseira Bic de quem escreveu.

A seguir, P.C. parte para o tratamento de temas específicos, tais como: a divisão sexual do trabalho nas sociedades indígenas e a utilização do mito ou a manipulação de um espaço sagrado. Principalmente neste segundo tema, o autor dá direito de cidadania a idéias sumamente relevantes. É interessante notar que nas sociedades indígenas a lenda tem uma função desmistificadora, quase que uma investida contra entidades que se instalam fora do espaço palpável: os deuses e seus milenares profetas (os chamanes). É claro que o tema da apropriação do espaço sagrado e, principalmente o capítulo sobre a tortura, não poderiam ser reduzidos a simplicidades, porém, para uma resenha, é preferível abandoná-los e ressaltar o capítulo que se intitula A sociedade contra o Estado, pois aí se concentram as propostas principais do autor.

Clastres não deixa passar despercebido que a distância entre a prática política indígena e a obediência branca é tal que pode ser bem difícil conceber — a não ser como imaginária ou fantástica — a possibilidade do exercício do

poder nas bases por ele descritas. De qualquer forma, para uma antropologia (e uma teoria das organizações) sem reumatismos, o abandono do catálogo — ou seja, sociedades sem história, economia de subsistência, botucudos têm mentalidade de criança — teria um efeito pelo menos profilático.

Abrindo alas para o autor: "Tout se passe, en effect, comme si ces sociétés constituaient leur sphère politique en fonction d'une intuition qui leur tiendrait lieu de règle: à savoir que le pouvoir est en son essence coercion; que l'activité unificatrice de la fonction politique s'exercerait, non à partir de la structure de la société et conformément à elle, mais à partir d'un au-delà incontrôlable et contre elle; que le pouvoir en sa nature n'est qu'alibi furtif de la nature en son pouvoir. Loin donc de nous offrir l'image terne d'une incapacité à résoudre la question du pouvoir politique, ces sociétés nous étonnent par la subtilité avec laquelle elles l'ont posée et réglée. Elles ont très tôt pressenti que la transcendance du pouvoir recèle pour le groupe un risque mortel, que le principe d'une autorité extérieure et créatrice de sa propre legalité est une contestation de la culture elle-même; c'est l'intuition de cette menace qui a déterminé la profondeur de leur philosophie politique. Car, découvrant la grande parenté du pouvoir et de la nature, comme double limitation de l'univers de la culture, les sociétés indiennes ont choisi d'en être elles-mêmes les fondatrices, mais de manière à ne laisser apparaître le pouvoir que comme négativité aussitôt maîtrisée: elles l'instituent selon son essence (la négation de la culture), mais justement pour lui dénier toute puissance effective. De sorte que la présentation du pouvoir tel qu'il est, s'offre à ces sociétés comme le moyen même de l'annuler" (p. 40).

E, finalmente: é possível uma conclusão sobre o texto? Pelo menos por enquanto, não. É possível uma perspectiva nova para o estudo dos processos organizacionais onde se privilegie mais a

análise dos símbolos que nos organizam, os mecanismos perversos da instituição e a perversão institucional na maneira própria como esta se instala na consciência do agente e circunscreve sua ação? Talvez.

Clastres sugere o abandono da sempre à mão cristaleira de conceitos tradicionais. E, a nós, o que nos resta é aguardar a tradução dessa bem-vinda obra de Clastres, o qual, vítima de acidente automobilístico, faleceu em julho de 1977, perto de Paris. ■

Roberto Venosa

1 Lévi-Strauss, Claude. *Race et histoire*. Paris, Mediations, 1968.

Em Economia e Administração, o importante é estar na vanguarda.

A escolha de bons livros é o melhor caminho para que estudantes e profissionais possam manter-se atualizados e desenvolver o seu talento em criar soluções eficientes. Para Você, livros da Fundação Getúlio Vargas.

TEORIA MICROECONÔMICA

MARIO H. SIMONSEN

Esta 3ª edição confirma a existência de um mercado sensível a publicações orientadas à ampliação do acervo cultural profissional dos que lidam com os problemas da Economia.

426 páginas — Cr\$ 100,00

ORGANIZAÇÃO UMA VISÃO GLOBAL

ALEXANDRE M. MATTOS

O tema deste livro é a organização científica considerada no conjunto de seus fundamentos e perspectivas. A obra recebeu o Primeiro Prêmio de Administração e Gerência em concurso público de âmbito nacional.

550 páginas — Cr\$ 140,00

TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES

J. G. MARCH/H. A. SIMON

Sólida base teórica para os estudos sobre organizações e sua administração. O comportamento e a teoria clássica de organização. Planejamento e Inovação nas Organizações. E muito mais. Um livro indispensável.

353 páginas — Cr\$ 50,00

INDICADORES SOCIAIS NA ESTRATÉGIA DE PRODUTOS

POLIA L. HAMBURGER

Estudo sério e oportuno que procura incorporar à visão moderna de marketing, além dos elementos tradicionais de ordem econômica, aqueles de caráter qualitativo, de cuja valorização dependerá uma abertura nova à solução dos problemas do nosso tempo.

251 páginas — Cr\$ 60,00

OS EFEITOS DAS MINIDESVALORIZAÇÕES NA ECONOMIA BRASILEIRA

EDUARDO M. SUPLYCY

Um estudo sobre o impacto provocado no balanço de pagamentos e na economia interna do Brasil pela criação em agosto de 1968 de um novo sistema de ajustamento para a taxa cambial.

254 páginas — Cr\$ 60,00

Em todas as livrarias

Pedidos à

EDITORA DA
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Praia de Botafogo, 188

Tels.: 286-3344/266-1512 r. 110

Cx. Postal 9.052 — RJ